



## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 009/2020

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua Gen. Andrade Neves, n.º 106, Centro, por seu representante legal, como CONTRATANTE, e FABIANO MENKE, brasileiro, professor universitário, portador da Carteira de Identidade n.º 9007828297 – SSP/RS, inscrito no CPF sob n.º 742.214.770-91, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Conrado Ferrari, n.º 71, casa 4, bairro Ipanema, CEP 91760210, telefone n.º 51.998633020, email: fabiano.menke@ufrgs.br ou fabianomenke@hotmail.com, como CONTRATADO, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em observância à autorização constante do processo em epígrafe, inexigível o procedimento licitatório, ao amparo do artigo 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando-se, além do diploma legal acima referido, ao Provimento PGJ/RS n.º 26/01, com redação dada pelo Provimento n.º 71/2019, e à Lei Estadual n.º 11.389/99, nos termos e condições abaixo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados no âmbito do XLIX Concurso Público para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

a) planejamento e elaboração de 10 (dez) questões objetivas, referente às provas de Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Empresarial e Direito Registral, bem como análise e resposta aos eventuais recursos interpostos pelos candidatos contra as questões elaboradas;



b) planejamento e elaboração de 02 (duas) questões discursivas, devendo abordar as disciplinas descritas na letra "a";

c) avaliação das questões discursivas;

d) aplicação e avaliação da Prova Oral;

e) aplicação e avaliação da Prova de Tribuna;

f) análise e resposta aos eventuais recursos interpostos pelos candidatos em relação às questões elaboradas/aplicadas na prova Preambular, Discursiva, Oral e Tribuna.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DO MATERIAL**

2.1 As questões objetivas serão de escolha simples entre cinco alternativas (A, B, C, D e E) e serão entregues pessoalmente à Comissão do Concurso, em *pendrive*, digitadas no Microsoft Word, juntamente com o respectivo gabarito.

2.2 As questões discursivas serão entregues pessoalmente à Comissão do Concurso, em *pendrive*, digitadas no Microsoft Word.

2.3 O CONTRATADO deverá se comprometer com a originalidade das questões, devendo estas serem inéditas, bem como respeitar o Edital e o conteúdo programático do Concurso.

2.4 O planejamento das questões integrantes das provas inclui a elaboração de seu conteúdo programático.



2.5 Os períodos e prazos para realização das atividades objeto deste ajuste serão estabelecidos pela Comissão do Concurso e previamente comunicados ao CONTRATADO.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

3.1 Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, na forma do Provimento n.º 26/01 e alterações dada pelo Provimento n.º 71/2019, as quantias de:

a) R\$ 482,49 (quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos) por questão planejada e elaborada;

b) R\$ 41,96 (quarenta e um reais e noventa e seis centavos) por avaliação de questão discursiva, por questão individual;

c) R\$ 153,14 (cento e cinquenta e três reais e quatorze centavos) por aplicação e avaliação de provas práticas (oral e tribuna), por prova individual; e

d) R\$ 20,98 (vinte reais e noventa e oito centavos) por revisão de questões de provas práticas (oral e tribuna) e discursiva, em grau de recurso, por recurso interposto.

3.1.1 O valor indicado no item 3.1 será modificado somente na hipótese de alteração do vencimento básico da Classe "C" do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça no decorrer da contratação.

3.1.2 Não haverá o pagamento com relação ao exame de recursos de provas objetivas, consoante o previsto no Provimento n.º 19/2012, que alterou o Provimento n.º 26/2001.



3.2 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos e demais despesas.

3.3 O pagamento será efetuado após a realização de cada atividade prevista, a título de honorários, no 15º (décimo quinto) dia, a contar da protocolização da respectiva Nota Fiscal devidamente conferida e atestada pelo fiscal do ajuste.

3.4 Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

3.5 Por ocasião da quitação da fatura, e sempre que o Gestor solicitar, o CONTRATADO deverá apresentar, para permitir a retenção do ISS, se for o caso, os seguintes documentos:

a) comprovante de cadastro no Município em favor do qual será recolhido o imposto;

b) legislação tributária do Município onde ocorrer o fato gerador do tributo, contendo a respectiva alíquota e base de cálculo de ISS.

3.5.1 Caso não seja possível atender ao disposto no item 3.5, por se tratar de contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento de ISS, o CONTRATADO deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento hábil.

3.6 Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, o profissional contratado será notificado, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda com as correções necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do



pagamento será interrompido, reiniciando a contagem no momento em que forem sanadas as irregularidades.

3.7 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas dele decorrentes, como impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pelo CONTRATADO.

3.8 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### 4.1 Dos Direitos

4.1.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO, receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

### 4.2 Das Obrigações

#### 4.2.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações, o que deverá ser atestado pelo fiscal do contrato;

b) fiscalizar a execução do presente contrato;

#### 4.2.2 Constituem obrigações do CONTRATADO:



- a) prestar os serviços objeto deste contrato na forma ajustada;
- b) manter e assumir integralmente a responsabilidade pelo absoluto sigilo que deve cercar as questões que compõem a prova, sob as penas da lei;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- d) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- e) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato;
- f) não transferir a outrem os compromissos avençados;
- g) manter atualizado, durante toda a vigência contratual, a legislação de que trata a letra "b" do item 3.5 da cláusula terceira do ajuste ou o documento comprobatório de que trata o subitem 3.5.1 da cláusula terceira do contrato;
- h) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.



## CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará por 03 (três) anos.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 Na forma do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, o CONTRATADO, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da ocorrência, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

6.2 Na forma do artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, o descumprimento, no todo ou em parte, das obrigações estabelecidas neste contrato, sujeitará o CONTRATADO às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Eletrônico deste Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

- a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) multa de até 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual..



6.3 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

7.2 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS VEDAÇÕES E PROIBIÇÕES**

8.1 É vedado que o CONTRATADO seja cônjuge ou companheiro ou tenha parentesco por consanguinidade, civil ou afinidade até o terceiro grau, com relação a qualquer candidato inscrito no respectivo Concurso Público.

8.2 É proibido que o CONTRATADO seja ou tenha sido sócio, dirigente, empregado ou professor de curso destinado ao aperfeiçoamento de alunos para fins de aprovação em Concurso Público nos últimos 03 (três) anos.

### **CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

9.1 O CONTRATADO declara, expressamente, que tem pleno conhecimento dos serviços que fazem parte deste contrato, bem como do modo de sua execução.



9.2 As condições e obrigações do presente instrumento contratual não geram, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício entre as partes.

9.3 Nenhum pagamento isentará o CONTRATADO de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

9.4 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

10.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Unidade de Gestão de Contratos do CONTRATANTE, localizada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, nº 106, Centro, 20º andar, telefone nº (51) 3295 8240, e-mail contratos@mprs.mp.br.

10.2 A designação do fiscal do contrato e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3910.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

Os valores do presente contrato não pagos nas datas aqui previstas deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGP-M da FGV, ou por outro que venha a substituí-lo, *pro rata die*.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº 01194.000.009/2019 — Unidade de Gestão de Contratos



### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Porto Alegre, 23 DE JANEIRO DE 2020 .

P/PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,  
Contratante.

FABIANO MENKE,  
Contratado.